



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 150/1955

Autoriza realização de operação de crédito, abre créditos adicionais e contém outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para financiamento das obras e serviços mencionados na lei municipal nº 149, desta data, fica a Prefeitura autorizada a realizar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, ou outro estabelecimento de crédito do país, até a importância de Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) aos juros máximos de 11 (onze por cento) anuais, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, resgatável em amortização semestrais, nos meses de abril e outubro de cada ano, pelo sistema “Price”.

Parágrafo único. As amortizações da operação de crédito autorizada neste artigo, serão iniciadas depois de encerrado o segundo exercício após o início de funcionamento dos serviços financiados.

Art. 2º A Prefeitura Municipal dará em garantia da operação de crédito, mencionada no artigo anterior, o direito ao recebimento direto da quota do imposto de renda, que caiba ao município, vinculados 50% (cinquenta por cento) da referida quota, bem como a cota prevista no artigo 20 (vinte) da Constituição Federal e o privilégio sobre as taxas dos serviços a serem financiados.

Parágrafo único. Para efetivação da garantia mencionada no artigo anterior, fica a Prefeitura Municipal autorizada a outorgar procuração em casas próprias ao instituto credor, para recebimento das rendas vinculadas.

Art. 3º Realizada a operação de crédito com a Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, poderá esse instituto de crédito usar da faculdade que confere o artigo 58, do Decreto Federal nº 24.427, de 19 de junho de 1943, e se a arrecadação se fizer por encarregado do instituto, a remuneração do mesmo correrá por conta do município.

Art. 4º A Prefeitura Municipal e o instituto credor fiscalizarão, conjuntamente, a execução das obras e o material a ser aplicado.

Parágrafo único. As obras e serviços serão executados nas conformidades dos projetos e planos aprovados pela lei municipal nº 149, desta data.

Art. 5º Para realização da operação de crédito autorizada nesta lei, fica o Prefeito Municipal investido de todos os poderes necessários, inclusive os de aceitar as condições do instituto credor, bem como dispendir até a importância de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para regularização do negócio, atender aos emolumentos do Tabelião que lavrar a escritura de mútuo, viagens e especiais e o registro do contrato nos cartórios e órgãos competentes.

Art. 6º A Prefeitura Municipal poderá antecipar, em qualquer tempo, o pagamento das amortizações e juros, ou a totalidade da dívida, deduzidos os juros avançados.

Art. 7º Os orçamentos municipais consignarão, em cada exercício até a liquidação da última prestação do mútuo, as importâncias das amortizações consignadas no contrato do empréstimo, bem como a amortização extraordinária que se vier a estabelecer para resgate antecipado da dívida.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 8º Além das rendas a serem vinculadas, é facultado à Prefeitura gravar os imóveis, a usina, instalações e pertences que constituírem o conjunto dos serviços criados pela lei municipal nº 149, desta data, gravame esse que poderá consistir em hipótese dos móveis, máquinas, fios e condutores e anticrese de todos os bens.

Art. 9º A Prefeitura Municipal deverá ressalvar, perante o estabelecimento que efetuar o financiamento, o direito já assegurado à empresa encarregada de instalar a usina elétrica, de garantir parte do seu crédito com o recebimento da renda dos serviços de força e luz, nos dois primeiros anos de funcionamento.

Art.10. No caso de inadimplemento da obrigação por parte da Prefeitura, ficará vencida a dívida, independentemente de interpelação judicial, sujeitando-se a devedora às despesas judiciais e à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida existente.

Parágrafo único. No caso de cobrança judicial da dívida, ao instituto credor ficarão sub-rogados os direitos da Prefeitura à concessão para exploração dos serviços, de acordo com a legislação vigente, ressalvando os direitos a que se refere o artigo 9º da presente lei.

Art.11. Para ocorrer às despesas autorizadas nesta lei, ficam abertos os seguintes créditos especiais, com vigor até 31 de dezembro de 1956.

Para realização da operação de crédito e demais despesas, mencionadas no artigo 5º desta lei.....	Cr\$ 100.000,00
Para viagens especiais.....	Cr\$ 50.000,00
Total.....	Cr\$ 150.000,00

(cento e cinquenta mil cruzeiros)

Parágrafo único. Mediante decreto do Poder Executivo, poderá ser prorrogada a vigência dos créditos mencionadas neste artigo, por prazo não superior a 4 (quatro) anos.

Art. 12. Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Passa Quatro, 26 de agosto de 1955.

Francisco Galvão César
Prefeito Municipal

Ary Simões Coelho
Secretário